

PERSEGUIÇÃO E REPRESSÃO NO INTERIOR DO SUL DO BRASIL: A DITADURA CIVIL-MILITAR E O CASO DARCY DA ROSA

PATRÍCIA SCHNEID ALTENBURG¹; EDGAR ÁVILA GANDRA²

¹*Universidade Federal de Pelotas – patriciaaltenburg@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas - edgar_gandra@hotmail.com*

1. INTRODUÇÃO

É reconhecido por muitos historiadores que o regime político ditatorial brasileiro, instaurado com o golpe civil-militar de 1964, que pôs fim ao incipiente regime liberal-democrático vigente e conduziu o país por 21 anos, resultou da articulação entre setores empresariais (nacionais e internacionais), militares e políticos conservadores, contando ainda com o apoio de parcelas da classe média e até de grupos populares que foram às ruas em marchas e passeatas favoráveis ao golpe, além da participação ativa do Departamento de Estado norte-americano. Após março daquele ano, diante do acirramento entre forças políticas antagônicas, o então presidente João Goulart e os setores reformistas foram derrotados, e o poder ditatorial, instalado após a decisão de Goulart de não resistir, autoproclamou-se poder constituinte por meio do Ato Institucional nº 1 (AI-1), de 9 de abril de 1964. Esse ato suspendeu a imunidade parlamentar, instituiu eleições indiretas para a presidência da República e, de forma ainda mais autoritária, conferiu ao comando a prerrogativa de suspender direitos políticos por até dez anos e cassar mandatos legislativos em todas as esferas, sem possibilidade de apreciação judicial (Silva, 2014).

Logo se percebeu que o regime ditatorial não era provisório, como esperava parte da classe média, de seus políticos e intelectuais. Essa percepção tornou-se ainda mais evidente com a promulgação do Ato Institucional nº 2 (AI-2), assinado por Castelo Branco em 27 de outubro de 1965, que extinguiu os partidos políticos existentes e instituiu o sistema bipartidário, composto pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e pela Aliança Renovadora Nacional (Arena) (Silva, 2014).

É fruto desse cenário de repressão, perseguição à oposição e violência institucionalizada a atuação direcionada contra Darcy da Rosa, então funcionário público do Ministério do Trabalho e vereador pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) no município de São Lourenço do Sul/RS por mais de dez anos consecutivos. Sua trajetória, objeto de análise desta pesquisadora em nível de doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, é marcada por estreitos vínculos com a classe trabalhadora rural da região Sul do Rio Grande do Sul na defesa de suas principais bandeiras de luta, como o acesso à terra. Destaca-se, ainda, por ter mantido, nas décadas de 1950 e 1960, relações de proximidade com importantes lideranças trabalhistas nacionais, como Leonel Brizola e João Goulart. Como integrante do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA) e representante da Superintendência Regional de Política Agrária em São Lourenço do Sul, Rosa tornou-se o principal representante político de Brizola no município e arredores, atuando como porta-voz e mediador das ações do governador. Também participou da constituição do Assentamento Banhado do Colégio, em Camaquã, e desempenhou papel relevante durante a Campanha da Legalidade, em 1961.

Contudo, a partir de março de 1964, a vida de Darcy da Rosa mudou drasticamente com o Golpe Civil-Militar que depôs João Goulart e instaurou uma ditadura no Brasil. Assim como muitos outros trabalhistas e simpatizantes da

esquerda, Darcy teve seu mandato cassado com a extinção do PTB, foi demitido do Ministério do Trabalho e expulso da Associação Rural, além de ser delatado por figuras políticas locais. Ele foi preso na cidade de Pelotas por 45 dias, acusado de subverter a ordem em São Lourenço do Sul, causar agitação, instigar trabalhadores rurais a se revoltarem contra seus patrões e integrar o Grupo dos Onze.

Diante do exposto, a presente comunicação — que corresponde a um recorte da pesquisa de doutorado em desenvolvimento — tem por objetivo apresentar aspectos do processo de investigação, repressão e dos prejuízos sofridos por Darcy da Rosa após a implantação da Ditadura Civil-Militar em 1964, tomando como fonte de análise o relatório do Serviço Federal de Informações e Contra-Informação (SFICI)¹.

2. METODOLOGIA

Diante da intenção de contemplar com atenção cada aspecto da fonte analisada, neste trabalho será utilizada a Micro-história, metodologia que surgiu, na década de 1970, como uma crítica às generalizações simplistas e rígidas, características do estrutural-funcionalismo, bem como à política dos automatismos sociais presentes em leituras e conceituações sociológicas. (Revel 1998)

Ao definir a micro-história, Giovanni Levi (2020) afirma que ela se debruça sobre os questionamentos relacionados ao funcionamento da racionalidade humana, responsável por governar os comportamentos, contribuindo, assim, para a criação e crítica das ciências humanas em geral. A micro-história comprehende a História como uma ciência de perguntas gerais e respostas locais. Em outras palavras, ao estudar um caso, lugar, documento ou acontecimento, por meio da mudança de escala, busca-se levantar questões gerais que possibilitem um amplo leque de respostas, evitando generalizações.

No que tange aos efeitos de conhecimento associados à passagem para uma escala microanalítica, Revel (1998) destaca que essa abordagem se mostra atenta aos indivíduos em suas relações com outros indivíduos, acompanhando “o fio de um destino particular – de um homem, de um grupo de homens – e, com ele, a multiplicidade dos espaços e dos tempos, a meada das relações nas quais ele se inscreve” (Revel, 1998, p. 21).

Nesse sentido, fica evidente que o encolhimento do campo de observação é imprescindível para o historiador que deseja compreender a complexidade de determinado grupo ou indivíduo, como é o caso desta pesquisa. Para isso, não basta retomar a linguagem de seus atores; é importante considerar os aspectos mais diversificados da experiência social, o reconhecimento das identidades sociais plurais e plásticas construídas, que operam em meio a uma rede de relações (concorrência, solidariedade, aliança etc.) (Revel, 1998).

Por conseguinte, a micro-história, ao estudar um grupo circunscrito ou até mesmo um indivíduo, é considerada a mais esclarecedora, “porque é a mais complexa e porque se inscreve no maior número de contextos diferentes” (Revel, 1998, p. 32). Posto isso, a escolha pela análise micro-histórica mostra-se especialmente adequada para esta pesquisa. Ainda que este estudo apresente limitações, é importante destacar que ele integra uma pesquisa de maior fôlego e alcance mais amplo, dedicada não apenas à análise da repressão sofrida por Darcy da Rosa no imediato pós-golpe, mas também à investigação de sua trajetória como liderança política e social vinculada ao trabalhismo e às demandas da classe camponesa local. A partir

¹ Relatório de investigação caso Darcy da Rosa – Serviço Federal de Informações e Contra-Informação. Fonte: Sistema de Informações do Arquivo Nacional.

desse recorte, torna-se possível compreender não apenas as redes de relações construídas em torno de sua figura, mas também iluminar contextos mais abrangentes, como o papel do PTB e de seus correligionários em escala nacional. Nesse sentido, ao valorizar a singularidade da experiência individual, a micro-história oferece uma via privilegiada para a compreensão de fenômenos mais amplos, confirmando que trajetórias pessoais podem servir como chave de entrada para processos históricos de maior envergadura.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No relatório do Serviço Federal de Informações e Contra-Informação (SFICI) sobre Darcy da Rosa constam diferentes documentos: relatórios assinados por autoridades do regime, depoimentos de conterrâneos e lideranças políticas da região de São Lourenço do Sul, além de correspondências externas.

De forma breve, como se pretende aqui, foram identificados sete relatórios que registram as acusações dirigidas a Rosa e sua situação diante delas, todos datados de 1964, no imediato pós-golpe de março. Neles, Rosa é descrito como “um homem de pouca cultura, porém de espírito combativo e repressivo”, sendo acusado, entre outras questões, de arregimentar agricultores sem-terra; chefiar o Grupo dos Onze na região; pressionar pela entrada da rádio local na Rede da Legalidade comandada por Leonel Brizola em 1961; realizar manifestações “inflamando o povo a manifestar seu apoio a João Goulart e a manifestar resistência”; auxiliar na requisição de combustíveis para o movimento de resistência; “agitá-lo elementos de pouca cultura, bem como, jogar empregados contra empregadores”, aproveitando-se de sua condição de funcionário do Ministério do Trabalho; além de participar ativamente da propaganda das reformas de base — em especial a agrária — propostas e defendidas pelo governo.²

Os fatos apurados são apontados como crimes de competência da Justiça Militar, justificando a incriminação de Rosa, a cassação de seu mandato de vereador e sua demissão do Ministério do Trabalho. Utilizando como argumento adicional, o fato de possuir extensas áreas de terra na região, destinadas ao cultivo de arroz, alegando-se que não necessitava do cargo público para garantir o sustento de sua família.

É digno de atenção o fato de que, embora fosse categorizado como grande produtor rural — portanto pertencente à classe patronal — e sócio fundador da Associação Rural de São Lourenço do Sul, Darcy da Rosa não deixou de sofrer perseguição, tanto por parte da Ditadura quanto da própria classe à qual pertencia, sendo expulso da entidade logo após o fatídico 31 de março. No ofício remetido pela Associação Rural e posteriormente anexado ao referido relatório, observa-se que a entidade não apenas formalizou sua expulsão do quadro social, como também solicitou a cassação de seu mandato de vereador e a demissão do cargo federal que ocupava. O documento evidencia, ainda, a posição de apoio da entidade à implantação de um governo militar e ditatorial no país, lembrando que a classe latifundiária brasileira esteve entre os principais setores que fomentaram e legitimaram o golpe.³

² Relatório de investigação caso Darcy da Rosa – Serviço Federal de Informações e Contra-Informação. Fonte: Sistema de Informações do Arquivo Nacional.

³ Ofício da Associação Rural de São Lourenço do Sul (1964), anexo ao relatório de Darcy da Rosa junto ao Serviço Federal de Informações e Contra-Informação. Fonte: Sistema de Informações do Arquivo Nacional.

Por fim, encontram-se anexados ao documento analisado três depoimentos de políticos de São Lourenço do Sul, representantes de diferentes siglas partidárias: a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Democrático Social (PDS) e, inclusive, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Todos esses depoimentos, sem exceção, apresentam acusações contra Rosa, caracterizando-o como um elemento agitador e subversivo, que propalava ameaças àqueles “que não sintonizavam com seus líderes BRIZOLA e GOULART”⁴. Além disso, atribuem-lhe a liderança do movimento de sem-terrás e do Grupo dos Onze na região, bem como a realização de uma campanha velada em alusão ao comunismo durante um Congresso de Estudantes do Grau Secundário, realizado no município de São Lourenço do Sul, às vésperas de março de 1964. Embora a acusação por parte de seu correligionário do PTB seja mais sutil que a dos demais, ela também ocorre, revelando a pressão exercida pelo contexto de vigilância e repressão instaurado após o golpe, no qual até mesmo aliados políticos buscaram se distanciar de Rosa para resguardar sua própria posição.

4. CONCLUSÕES

Apesar de ainda incipientes, visto que a pesquisa carece do complemento de outras fontes, os resultados até aqui obtidos permitem verificar que os prejuízos sofridos por sujeitos como Darcy da Rosa, após o Golpe Civil-Militar de 1964, foram quase imediatos. A documentação analisada evidencia que a máquina repressiva estatal concentrou-se na coleta de informações e na produção de registros capazes de justificar a cassação de mandatos e a destituição de cargos públicos. Observa-se, ademais, que o teor das acusações apresentadas se restringia, em síntese, à suposta prática de ações subversivas, entendidas como contrárias à ideologia propagada pelos militares. Nesse sentido, a análise sugere que trajetórias políticas e sociais em construção no período pré-golpe foram abruptamente modificadas após 1964, revelando tanto a violência do processo repressivo quanto a ruptura provocada pelo novo regime autoritário.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LEVI, Giovanni. Micro-história e história global. In: VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre (org.). **Micro-história**: um método em transformação. São Paulo: Letra e Voz, 2020. cap. 1, p. 19-34.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques. **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. cap. 1, p. 15-38.

SILVA, Luiz Fernando da. Crise do regime político no pré-1964, golpe civil-militar e consolidação do regime ditatorial. In: NAPOLITANO , Carlos José; LUVIZOTTO, Caroline Kraus; LOSNAK, Célio José; GOULART, Jefferson Oliveira (org.). **O Golpe de 1964 e a Ditadura Militar em Perspectiva**. 1ª. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

⁴ Relatório de investigação caso Darcy da Rosa – Serviço Federal de Informações e Conta-Informação. Fonte: Sistema de Informações do Arquivo Nacional.